

amazônia

Na Cuiabá-Santarém





O governo completou em abril uma série de audiências públicas para ouvir a população da área da BR-163 – a rodovia que vai da capital de Mato Grosso até praticamente a foz do rio Amazonas – e discutir um *Plano de Desenvolvimento Sustentável* para a região. Nós percorremos a estrada e acompanhamos o debate, que trata do futuro da Amazônia

Raimundo Rodrigues **Pereira** e Tânia **Caliari**

1. Renato e seus irmãos

Um ângulo para ver a história recente do Norte de Mato Grosso

Pode-se contar a história do desbravamento de uma região pelos grandes homens, seus planos e seus feitos. A estrada Rosália, trinta quilômetros asfaltados a partir da BR-163, em Sinop, onde começa nossa história, foi inaugurada pelo governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, há pouco tempo. Em abril, Maggi pôs nos jornais do Estado anúncio de página inteira dizendo que seu governo completará 2.440 quilômetros de novas pavimentações no Estado. Em Sinop, o jornal local cita o grande pioneiro da cidade, Ênio Pipino, dono de uma das empresas que exploraram o negócio de pegar terras no geral públicas e fazer cidades – cerca de 50 que, como Sinop, surgiram na região nos últimos 30 anos.

Mas nossa história começa com Renato, no ônibus Cuiabá-Sinop, quando ele falava da ocupação da região e reclamava

que a imprensa, quando se refere aos pioneiros, lembra apenas dos poderosos. Renato tem 28 anos e trabalha desde os nove. É um operário da indústria madeireira.

O endereço de Renato em Sinop é *Chácara 97*,

Fotos: Raimundo Pereira

Os operários da madeira: Renato - o quarto, de pé, da direita para a esquerda - e sua família. Na página à esquerda, lâminas de serraria no "Trinta", cruzamento da BR-163 com a Transamazônica



Comunidade Vitória, Estrada Rosália. Sai-se da BR-163 para a direita pela estrada asfaltada; passa-se por 33 serrarias, uma quase ao lado da outra; pega-se então a *Comunidade*, uma ruazinha de terra; e, cerca de um quilômetro depois, chega-se ao local – um terreno de uns 2.000 metros quadrados, duas casas de madeira relativamente amplas e um grande quintal. Renato é solteiro. Mora ali com quatro irmãos, uma cunhada, um cunhado. Todos são ou foram operários da madeira. Ângela Maria, a mais velha das irmãs, 32 anos, trabalha desde os 14. Seu marido, Cláudio, 38 – que é de Cafezal, Paraná, onde “puxava enxada” –, veio com 14 para Sinop, trazido com a família por uma madeireira. Tem duas carteiras de trabalho, uma cheia. O primeiro registro é de fevereiro de 1981, numa firma no Paraguai, também do setor madeireiro. Cláudio era “ajudante para serviços diversos”; carregava ripas usadas para fabricação de tacos, ele diz. “Até 1990 aqui você não ficava um dia parado”, diz Cláudio, que hoje ganha cerca de R\$ 700 mensais, R\$ 540 registrados na carteira. Ele acha que o salário é menor do que antes e que a situação está piorando no setor. Geovani, outro irmão de Renato, 19 anos, agora trabalha numa ONG de reciclagem: coleta vasilhames de plástico que ele acredita que são enviados para o Japão.

O nome de família de Renato, Ouverné, é de um avô que teria vindo da Alemanha para Friburgo, no Rio. A profissão de todos é do pai, carioca, que peregrinou pelo país, chegou ao local há 20 anos e viu o auge da indústria na cidade, que chegou a ter 600 serrarias.

É trabalho duro: o do *serrador*, limpar as toras antes do corte; do *linhador* ou *circuleiro*, que corta a tora em tá-

buas, vigas, caibros, ripas, pranchões; o do *estopador*, que serra as peças no comprimento determinado. O ambiente não é o melhor possível. A hanseníase, por exemplo, tem na região taxas muito superiores aos padrões tidos como toleráveis. Renato tem a doença, que, junto com outros 20 operários, diz ele, pegou quando trabalhava num lugarejo próximo da cidade. Toma talidomida e o mal parece sob controle, diz ele, que teve de ir a Cuiabá para fazer exames. Os acidentes entre os madeireiros parecem comuns. Uma ripa virou na estopadeira e pegou o pai de Cláudio nas costas, anos atrás e até hoje ele tem problemas de coluna. Rogério, irmão de Renato que não mora com eles, perdeu quatro dedos de uma mão – só ficou com o dedão – na serrinha circular pequena que, como eles contam, é a lâmina principal da estopadeira e uma das mais perigosas.

O documento do governo com título de *Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 Cuiabá-Santarém*, que foi debatido em audiências públicas neste último mês de abril em cidades da região, lembra que os madeireiros chegaram ao norte de Mato Grosso na década de 1970, depois de terem acabado com a araucária do sul do país na primeira metade do século 20 e de terem caçado o ipê, o jacarandá, a peroba rosa da Bahia e do Espírito Santo. “Mato Grosso hoje é mato fino”, diz Ângela: certas madeiras – mogno, cerejeira, pau brasil – já não se vê mais. Mas ainda há um oceano de árvores e uma infinidade de espécies comerciais: a peroba, o cedro, o cambará, a champanhe, a garapeira, a sucupira, a tatajuba, a titica... Renato e seus irmãos vão lembrando os nomes. E riem.

2. No Chapadão dos Parecís

De Cuiabá a Sinop é soja, não se vê mais floresta nem cerrado

Cuiabá fica a quase mil quilômetros de Brasília, para o oeste. A Belém-Brasília, do final dos anos 1950, feita no Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek, corta as bordas da Amazônia, pelo leste. A Cuiabá-Santarém, do início dos anos 1970, feita no Plano de Integração Nacional, dos governos militares, que sobe da capital matogrossense mais ou menos em linha reta na altura do meridiano de 56 graus, corta já perto do coração da Amazônia.

Cuiabá está na Baixada Cuiabana, a depressão do continente sul-americano onde se acomoda o Pantanal e por onde corre, lentamente, para o sul, o rio Paraguai. A ci-

dade é muito quente nesta época do ano: 40 graus.

É uma capital do agronegócio. O governador Blairo Maggi é do PPS, o antigo Partido Comunista Brasileiro. De fato, é o maior plantador de soja do mundo e

Cuiabá é agronegócio: no distrito industrial, caminhões esperam para desembarcar a soja, no armazém graneleiro da Amaggi, a empresa da família do governador





Juarez e André, no ônibus da *Satélite*, na BR-163: buracos na pista, falta de acostamento, e caminhões, treminhões e rodotrens; e carretas parecendo dançar, em sentido contrário

dono de vários outros negócios relacionados, como financiamento agrícola, logística. Quando fez 250 anos, em 1969, Cuiabá tinha menos de 100 mil habitantes; hoje, tem mais de meio milhão. O rebanho bovino do Estado pulou de 9 milhões para 25 milhões de cabeças, entre 1990 e 1994. No mesmo período, a produção de algodão passou de 70 mil para 1 milhão de toneladas; a de arroz, de 500 mil para 2 milhões de toneladas; a de soja, de 2,5 milhões para 15 milhões de toneladas. Uma passada rápida pelo distrito industrial da cidade mostra que, de fato, Cuiabá é agrobusiness: inúmeras instalações industriais estão paradas; o maior movimento é de uns 30 caminhões que estão em fila para despejar soja nos silos da Amaggi, a companhia da família do governador.

É sábado, 16 de abril na BR-163, indo de Cuiabá para Sinop. Os dois motoristas do ônibus da *Satélite*, Juarez e André, mostram os perigos da estrada: caminhões, treminhões, rodotrens, poderosas máquinas que transportam a safra no sentido contrário, às vezes com carretas agregadas que parecem dançar, numa pista que não tem acostamento e está cheia de buracos.

O ônibus começa a subir a Serra das Araras. Da estrada não se vê, mas logo à direita está, como diz o folheto turístico, a magnífica Chapada dos Guimarães, com suas escarpas destacadas na paisagem, um paraíso ecológico. Ao final da subida, de cerca de 200 para 500 metros de altitude, se está no Chapadão dos Parecis, a imensa área plana que se estende para o norte por algumas centenas de quilômetros e no sentido leste-oeste por uma extensão maior ainda, que vai das cabeceiras do Xingu, passa pelas do Tapajós e, para oeste, chega às do Madeira, três dos maiores afluentes da margem direita do Amazonas. No Chapadão, é como se estivessemos nas grandes plantações do Rio Grande do Sul ou Paraná. A estrada é ladeada por áreas e áreas verdes plantadas ou como que preparadas para plantio. De tempos em tempos são vistas casas de fazenda que parecem modernas, silos metálicos. Em Lucas do Rio Verde, a rodoviária não fica na estrada; o ônibus entra para a cidade e passa por uma espécie de parque ecológico: parece uma mata nativa, com árvores de 30, 40 metros de altura.

O Chapadão era formado por cerrado e, na maior parte, por florestas. Hoje, até onde a vista alcança a partir da estrada, é soja. A ADM, multinacional de processamento de soja, uma das três maiores empresas de seu tipo no país, que se instalou no Brasil em 1997 e no ano passado faturou aqui US\$ 1,9 bilhão, anunciou há poucos dias que concentrará seus negócios em Mato Grosso, que ela

acha que será “o grande celeiro de grãos do país”.

Sinop pode ser considerada a capital do norte de Mato Grosso. Tem perto de 100 mil habitantes, um centro que nos fins de semana à noite é povoado por jovens que parecem muito animados e usam os altos falantes de seus carros com som no último volume.

O professor Antônio Tadeu, coordenador administrativo da Universidade do Estado em Sinop, mostra o lado pobre da cidade. Tadeu tem 43 anos. Vinte anos atrás, pensou em ir para a Nicarágua ajudar os revolucionários sandinistas que estavam no poder naquele país. Acabou professor universitário, lingüista. Continua militante: é do PT – o partido não conseguiu eleger nem um vereador no último pleito municipal; apóia os sem-terra.

O MST tem em Sinop o *Acampamento Claudinei de Barros*. Ele fica a 500 metros da BR, na saída para o norte, depois que se passa por um aglomerado de barracos do que parece ser uma ocupação urbana. O acampamento tem agora, depois que 100 famílias saíram para ocupar uma área desapropriada pelo governo, cerca de 300 famílias. “Claudinei de Barros é um revolucionário que morreu lutando pela reforma agrária”, diz Rosa, moça de 24 anos, muito animada. Luzia, 46, trabalhava em serraria, como o marido. Agora, os dois, mais três filhos, estão aqui tentando obter um pedaço de terra. Rosa e Luzia já passaram por várias ocupações de terra. Uma das últimas, conta Tadeu, que acompanhou a operação, foi a das terras da Agroquímica, empresa que tinha um projeto de fabricação de álcool de madeira na região, que deu em nada: quebrou, devendo R\$ 150 milhões ao Banco do Brasil. E teria armado uma maracutaia que transformou a dívida em R\$ 15 milhões, pagáveis em cinco anos a partir de 2008. Na volta do acampamento, Tadeu mostra um conjunto habitacional. É um retrato do país: imensidões amazônicas, onde os pobres não têm mais que minúsculos pedaços – são cerca de 150 casas, terrenos de 10 por 12 metros, com 36 metros quadrados de área construída, sem uma árvore. Está começando a estação seca na região; poucas ruas da cidade, além da BR, têm asfalto; os carros, em geral, levantam núvens de poeira. A recuperação e a ampliação do trecho asfaltado da BR-163 até Cuiabá e o asfaltamento do trecho da estrada no Pará, para permitir que a produção agrícola da região escoe pelo porto de Santarém, é a grande reivindicação de todos, diz Antônio Sérgio Rossani, 31 anos, presidente do Sindicato Rural da cidade. Ele comenta a iniciativa recente do presidente Lula, que congelou as autorizações para exploração florestal e para as derrubadas de mata para pecuária em 8,2 milhões de hectares à margem da BR-163 acima de Sinop; e a iniciativa federal de colocar 2000 soldados do Exército na área onde foi assassinada a missionária americana Dorothy Stang. “Por uma freira americana, o governo mobilizou dois mil soldados. Aqui na estrada não morre um, apenas; são 30 a 40 mortos por ano. Não consigo me conformar, aqui estão morrendo brasileiros”. Para Rossani, que planta 4 mil hectares de soja, numa área de terras maior, que não especifi-



O professor Tadeu, Luzia e Rosa: Sinop é um retrato do Brasil – imensidões amazônicas, onde os pobres não têm mais que pequenos pedaços

ca, o Chapadão dos Parecís é a maior área agrícola disponível do mundo. Ele sonha com um momento em que a África “saia de seu consumo atual de 400 calorias por dia” e possa importar do Brasil os grãos, “que só nós podemos produzir”.

O governo tem um sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo

Real. Tem mapas que separam os desmatamentos de 2000, os de 2001 a 2003 e os do ano passado, em cores amarela, vermelha e roxa. São milhares de pontos de desmatamento recentes na área da BR-163. Na área abrangida pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR existem 33 reservas indígenas, com aproximadamente 25% da área, pouco mais de 30 milhões de hectares. Existem também áreas protegidas, como unidades de conservação de proteção integral, e áreas protegidas para serem exploradas de modo sustentável; estas são 35 áreas menores, com cerca de 13% total. Mais 7,5% das áreas da região do Plano são reservadas para 177 assentamentos de colonos, ribeirinhos ou remanescentes de quilombos; estas áreas somam 7,5 milhões de hectares, para cerca de 90 mil famílias.

O problema é que: 1) menos de um décimo das áreas indígenas estão delimitadas efetivamente; 2) grande parte dos assentamentos está no papel e muitos dos que existem estão em situação precária; e 3) os desmatamentos a partir de pontos isolados, embora, no mapa, pareçam respeitar consideravelmente as áreas indígenas e de preservação, avançou espetacularmente em todo o norte

de Mato Grosso (avançou também a partir da Belém Brasília e da PA-150, estrada que desce de Belém ao longo do Tocantins e do Araguaia, passa por Marabá e se estende até Barra do Garças, no sul de Mato Grosso, embora essa área esteja fora da área considerada sob influência da BR163).

O governo calcula que, desde 1974, mais de 60 milhões de hectares foram desmatados e a região norte de Mato Grosso é uma das campeãs do desmatamento. A grande agricultura capitalista do norte do Estado desmatou para valer. O madeireiro corta árvores seletivamente e se o corte não é manejado, ele empobrece a floresta. O pecuarista derruba as árvores, só deixa tocos e um resto de vegetação. Mas, a grande cultura de soja arrancou os restos de árvores, colocou grandes máquinas no terreno, despejou montanhas de calcáreo nas terras para corrigir sua acidez e jogou herbicida nos solos.

O desmatamento de Mato Grosso pode ser, portanto, um fato já praticamente consumado. O plano do governo se volta, portanto, para o Pará. É esta a razão de o governo ter decretado o regime de interdição federal em 8,2 milhões de hectares de terras a oeste da BR-163, perto de Novo Progresso: são áreas públicas que estão sendo ocupadas e onde, se vê no mapa, já começa o desmatamento. O taxista que faz a corrida até o aeroporto, onde chegará o avião da Cruiser para Novo Progresso, tentou ser agricultor aqui em Sinop, plantou café que não deu e acabou tendo de entregar as terras ao Banco do Brasil. Diz que o genro é um médico que virou madeireiro em Novo Progresso, está “podre de rico” e lhe telefonou dizendo que, com as medidas do governo, acabou de perder uma fazenda e dispensou 70 trabalhadores, num só dia.

No aeroporto, um arquiteto carioca que usa uma corrente grossa de ouro que diz que foi fundida no garimpo de Peixoto do Azevedo, na região, diz que até Sinop se vive da agricultura. “Daqui para a frente, 90% vive da madeira”. Ele diz que industrializa a madeira, faz casas pré-fabricadas para exportação, e entre o pessoal que emprega aqui na região e no Rio, onde está a sede da firma, tem 500 empregados.

3. Um plano antigo

O Pilot Program to Conserve the Brazilian Rain Forest é de 1992

O bimotor da Cruiser, com uma dezena de passageiros, voa a 2 mil metros de altura, de Sinop para Guarantã do Norte, quase na fronteira com o Pará. Embaixo, retângulos de verdes, ora mais claros, de plantações e pastagens, ora mais escuros, de floresta. O Teles Pires, formador do Tapajós, como que acompanha o avião, para o norte. De repente, ele se inclina para a esquerda, quase que em 90 graus, para o oeste. É que o Chapadão dos Parecís termina e se ergue a Serra do Cachimbo. A serra é o limite sul do Campo de Instrução da Força

Aérea Brasileira, com 2,25 milhões de hectares.

Foi nessa área que o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) realizou uma de suas façanhas mais espetaculares, tida como ecológica: destruiu instalações militares secretas, onde supostamente o país pretendia testar artefatos nucleares. A inspiração “ecológica” de Collor foi nitidamente externa. Em julho de 1990, a cúpula dos países ricos – o G7 – tinha se reunido em Houston, Texas, EUA, e recomendado ao governo brasileiro que elaborasse um plano para conservação da



Palocci, Marina e Vinod: o Banco Mundial disse que era o seu maior empréstimo; elogiou as ações do governo brasileiro em relação ao meio ambiente; e disse que elas se enquadram na segunda parte do PPG7

Amazônia e Mata Atlântica sob orientação do Banco Mundial. No ano seguinte, em Londres, o mesmo G7 orientou o banco a criar o *Rain Forest Trust Fund*. E em 1992 foi criado pelo grupo dos países mais ricos o *Pilot Program to Conserve the Brazilian Rain Forest* (Programa Piloto para Conservar a Floresta Úmida Brasileira), o PPG7.

A partir do PPG7 multiplicaram-se as experiências da chamada exploração sustentável da Amazônia. De início foram experiências de empresas particulares que adquiriam terras na região e procuraram obter apoio público para seus projetos com aprovação técnica deles por organizações não-governamentais voltadas para o “desenvolvimento sustentável”. Estas ONGs se multiplicaram e também foram estimuladas pelo Banco Mundial. Em 1997 a ONU aprovou uma orientação que não muda o sentido do “desenvolvimento sustentável” mas recomenda que ele seja feito também em terras públicas, através de planos nacionais de florestas públicas. Em 2000 o governo Fernando Henrique Cardoso fez seu primeiro projeto desse tipo, com o intuito de conceder áreas públicas para exploração de madeira. E multiplicou as autorizações para a exploração de madeira em condições consideradas sustentáveis, tanto em terras públicas, como privadas. Em 2000, o governo tinha concedido 3000 autorizações de manejo florestal somente na Amazônia.

Nas vésperas da mudança de governo, no final de 2002, entidades internacionais e empresários chegaram a temer que o novo presidente adotasse uma política diferente da de seus antecessores quanto à Amazônia. Entre 2 e 6 de dezembro de 2002, numa reunião em Brasília, o Grupo de Assessoria Internacional do PPG7 reclamou de um contexto de “relativa falta de definição sobre o rumo do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil”. Dias depois, o governo FHC enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 7492-02 para regulamentar o Plano Nacional de Florestas, que previa a concessão de 50 milhões de hectares para exploração de madeira em terras públicas através de concessões por 60 anos, prorrogáveis por mais 60. O projeto foi reformulado pelo governo Lula; é agora o

PL-4776-05, que está no Congresso. O Banco Mundial parece satisfeito com esse encaminhamento. No dia 24 agosto do ano passado anunciou junto com o governo brasileiro um programa pelo qual emprestará ao país até US\$ 1,2 bilhão, em quatro anos, “o maior empréstimo já feito pelo Banco no setor de meio ambiente em todo o mundo”. Nas palavras do diretor para o Brasil e vice-presidente do Banco Mundial, Vinod Thomas, o empréstimo é um reconhecimento do “compromisso do governo brasileiro com a área ambiental”; e “re-

força o apoio da comunidade internacional a iniciativas desse tipo, como a segunda fase do PPG7”.

O PL-4776-05 faz parte do pacote de medidas que o presidente Lula anunciou no dia 17 de fevereiro, cinco dias depois da morte de Dorothy Stang. A ministra Marina Silva estava em Porto de Moz, onde o Xingu desemboca no Amazonas, tentando reverter um esforço de fazendeiros e madeireiros para obter o controle de uma sociedade que dirigirá a reserva *Verde para Sempre*, recém-criada na região, quando a missionária americana foi assassinada. De lá mesmo Marina falou com o avião do presidente Lula, que estava fora do país. Nos dias seguintes estava em Brasília, onde o governo tomou a decisão de enviar tropas para a região. O Plano para a área da BR-163 vinha sendo discutido com entidades ecológicas e com audiências públicas na área desde 2003. A morte da missionária foi o pretexto para a urgência das medidas e para o acompanhamento militar e policial à caravana governista, em um novo ciclo de audiências.

O Plano parte da avaliação de que “a maioria dos proprietários e produtores rurais” não respeita “a legislação sobre a manutenção das reservas legais e áreas de preservação permanente”.

O Plano é visto pelo governo como “um plano piloto”, parte de um plano mais geral, o *Plano Amazônia Sustentável*, que fala de um “novo modelo de desenvolvimento para a região”. A grande esperança desse plano geral parece ser a concessão de grandes áreas – em três classes, de 10.000 hectares, 40.000 hectares e até 200.000 hectares – nos termos do PL-4776. Com essas concessões de terras, o governo parece esperar que grandes empresas, nacionais e estrangeiras, não só explorem o potencial madeireiro da Amazônia, como o façam de um modo sustentável, diferente do que está em curso atualmente. Quando se vê no Plano da BR-163 o mapa onde estão assinalados os desmatamentos, se entende o que o governo pretende com a interdição administrativa que baixou sobre 8,2 milhões de hectares à esquerda da estrada, na região de Novo Progresso. É ali que está a frente pioneira que começa a desbravar as terras, em termos que não são os do plano do governo.

4. A cidade rebelde

Novo Progresso fechou a estrada e quebrou pontes

De Guarantã do Norte a Novo Progresso o avião passa por cima de Castelo dos Sonhos. Nessa vila, nos anos 80, imperou Márcio Batista, o *Rambo*, líder dos garimpeiros de ouro, cuja atividade dominava a área. A garimpagem desmoronou no início dos anos 90, quando o Plano Collor fez despencar o preço do ouro e Rambo, misto de herói e vilão, foi morto em choque com a Polícia Federal.

Novo Progresso surge numa espécie de vale de uma área montanhosa. A rua principal da cidade são duas vias laterais à BR-163, sem calçadas e sem nivelamento. A reunião da caravana do governo com os moradores é no Pavilhão Paroquial Santa Luzia. No enorme salão se aglomeram mais de 1000 pessoas, parte de pé, parte sentada em três filas de grandes bancos de madeira. Eles estão diante de uma espécie de altar onde ficam agora, manhã da segunda-feira, 18 de abril, as autoridades. Num ginásio, ao lado, está alojada uma tropa de soldados do Exército. No salão, com uniformes negros, destacam-se agentes da Polícia Federal.

Na cerimônia de abertura da audiência falam autoridades locais: o prefeito, o presidente da Câmara de Vereadores, o advogado da cooperativa dos produtores rurais e um vereador de discurso inflamado que ataca as medidas do governo federal e conclui com um “nos deixem trabalhar em paz” acompanhado de fortíssimas palmas. A seguir fala João Barbosa da Silva, ligado ao ministro Luiz Dulci, Secretário-Geral da Presidência da República, que diz que nenhum governo fez tanto pela democracia como o governo Lula, que está ali, presente, para ouvir o povo.

E conclui, também com tom forte, dizendo que transmite “decisão do presidente da República” de que não recuará no combate à “corrupção, ao crime organizado e aos atos ilegais”. Parece um recado para Novo Progresso. A cidade viveu recentemente



Pavilhão Paroquial Santa Luzia, audiência pública do Plano da BR-163: o vereador faz discurso inflamado, ataca as medidas do governo e conclui com um “nos deixem trabalhar em paz”, fortemente aplaudido

uma rebelião. Por cerca de duas semanas, em janeiro, moradores fecharam a BR-163, duas pontes foram parcialmente destruídas e um ônibus foi incendiado, em protesto contra a portaria 10 do Inbra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário que cancelou as concessões de manejo florestal para a área e determinou que todos os que se consideravam posseiros de terras públicas deveriam solicitar de novo documentos ao Inbra, tornando caducos os documentos anteriores.

O emissário de Lula é aplaudido, mas as palmas são fracas. A mesa de cerimônia se dissolve e forma-se outra, para debate, com Barbosa da Silva e mais dois técnicos oficiais, um do ministério da Integração Nacional e outro do Meio Ambiente. É o do MMA, Tasso Azevedo – um rapaz magro, alto, que de tempos em tempos enxuga o rosto com uma toalha – que se destaca.

O argumento central de Tasso é o de que a legislação brasileira não permite acesso a floresta pública para produção sustentável e que o governo não teve outra saída a não ser cancelar as autorizações existentes e enviar ao Congresso o PL-4776. Alguém do plenário diz que o governo fala em grandes concessões mas não diz qual será o destino das 50 empresas madeireiras que já existem na cidade. Tasso diz que o governo quer que Novo Progresso seja “a maior área de produção florestal do mundo”. Antes, porém é preciso existir uma lei que permita a concessão das explorações florestais. Diz que há um buraco na legislação. Há marcos regulatórios para as concessões de telecomunicações, de energia elétrica, de águas, de petróleo, minérios – mas não existe para as florestas. Mais um do plenário o contesta, dizendo que ele foge da questão central, que é a titulação das terras e os compromissos assumidos com a indústria de madeira legal existente. O contestador é aplaudido com palmas e gritos.

O argumento dos que intervêm ativamente contra Tasso é o de que o governo deveria começar pela titulação das áreas. Uma moça diz que “os estrangeiros conseguem” a titulação. “Por que nós, não? Por que, nós brasileiros, temos de ficar sujeitos à interdição federal?”. Ela argumenta que os que estão na região como eles e não são bandidos estão seguindo a política oficial que sempre foi a de ocupá-la. Diz que a lei estabelece nessas áreas o direito a 2500 hectares por pessoa, em posses “mansas e pacíficas”.

Tasso faz contas. Mostra que a terra é pouca: há 8 milhões de famílias querendo terras; se fossem dados 100 hectares para cada uma, seriam 800 milhões de hectares, o tamanho do país (8,5 milhões de quilômetros quadrados, a 100 hectares por quilômetro quadrado). Tasso diz que o governo aprovará os pedidos de posse de terras públicas de até 100 hectares e estudará os outros. Sugere que um limi-

te de 400 hectares permitiria acomodar, no plano oficial, 80% de todas as pretensões legítimas. Ataca a idéia de excluir os investidores estrangeiros das concessões. É o contrário, diz: “O Brasil quer atrair investimentos do mundo inteiro”. Os argumentos de Tasso a favor do PL-4776 são reforçados pelo representante do ministério da Integração Nacional que diz que viu um fazendeiro que tem 2000 hectares de soja em terra pública, irregularmente, querer pagar arrendamento ao governo, mas que isso não é possível enquanto não existir a lei.

Os debates continuam depois do almoço, no mesmo tom,

sem novos argumentos. Ao final fala um representante de assentados nos projetos de colonização oficiais. Ele também reclama. O governo não faz as estradas de acesso às áreas, “em 70%” dos casos. “506 famílias de dois assentamentos não têm Pronaf”, financiamento para o pequeno agricultor, “não têm nada”. “Material para construção das casas está jogado. Quem vai levar nas costas?”, diz ele, referindo-se novamente ao fato de as estradas vicinais não terem sido feitas. Tasso continua firme: “Até 2002 só haviam 4 projetos de manejo florestal em assentamentos. Agora, são mais de 100”.

5. Uma audiência particular Ouvindo os que viram na floresta uma oportunidade

A audiência pública terminou no fim da tarde da terça, 19, no mesmo Salão Paroquial, com cerca de 200 participantes. Pela manhã havia sido feita uma discussão por grupos para examinar as sugestões ao Plano a serem aprovadas. Na sessão da tarde foi eleita uma comissão representativa

– queriam sete pessoas, só deles; o governo manobrou na parte da manhã para conseguir que as sugestões fossem enviadas também por fora da plenária da tarde; o resultado obtido foi o que foi possível, nas circunstâncias.

Quem estava nessa assembléia de encerramento, afi-



Em busca de seus títulos de posse: João Araújo, Sebastião Reis, Wesley Oliveira, José Sebold, Rogério Torres

da cidade para aprovar as sugestões e ajudar a encaminhá-las. Por encaminhamento do governo, a comissão deveria ter quatro representantes do que o jargão atual chama de “segmentos” da sociedade: *o poder político, o empresariado, os trabalhadores e outros movimentos sociais*. Obviamente, Novo Progresso não tem mais empresários do que trabalhadores; mas, na comissão final, os empresários tiveram quatro representantes e os trabalhadores, dois. Além desses entraram dois políticos e um padre; ao todo, nove pessoas. A maioria das sugestões aprovadas, sem vozes divergentes, contrariaram no todo ou em aspectos, o plano oficial – insistindo, sempre que possível, por exemplo, na urgência da titulação das terras

Representantes do governo justificaram, nos bastidores, os resultados e a estranha composição da comissão eleita: parte da elite local está envolvida com a grilagem e o banditismo; a Polícia Federal investigou essas práticas e poderia prender pessoas de prestígio na cidade – o que seria ruim, pois envenenaria o clima da audiência; os conservadores tentaram impor uma representação ainda pior

nal? Em torno da Casa Paroquial podiam ser contadas, além de dezenas de carros, 55 dessas caminhonetes modernas: Mitsubishis, Ford Ranger, Hilux Toyota e outras. Havia gente pobre. E remediada, também. Uma amostragem, escolhida ao acaso, que aparentemente mostra tipos sociais:

- Veteranos de muitas mudanças, como João Araújo Almeida, 53 anos, que diz que veio de Pérola do Oeste, no Rio Grande do Sul, há cerca de 30 anos, passando, com seus sete irmãos, por sete mudanças, até se fixar na *Linha Gaúcha*, a 60 quilômetros da cidade. Na comunidade, da qual é presidente, hoje são cerca de 80 parentes. Ele – e seus cinco filhos, de 33, 30, 27, 24 e 10 anos, diz – tem cerca de 1000 hectares. Mas só 100 estão em seu nome; dos outros, tem papéis comprados de outros posseiros, que considera legítimos.

- Gente que veio começar vida nova, como Sebastião Reis, mineiro de 52 anos, que há seis anos deixou para trás mulher e sete filhos e que aqui formou família nova. Reis conta que tem 220 cabeças de gado numa área de

cerca de 800 hectares, onde cria gado para vender ao mercado local e onde ainda existem 40% de mata. Os papéis ainda estão em nome do antigo proprietário e a situação está ruim, ele diz: “90% do pessoal aqui vive da madeira; com o negócio da madeira parado, o dinheiro sumiu da praça; o madeireiro não paga a oficina, a oficina não paga o mercado; eu vendo para o mercado e não tenho como receber”.

• Jovens aventureiros como Wesley Oliveira, 25 anos, solteiro, que veio do sul de Mato Grosso, “para crescer”. Lá possuía cerca de 150 hectares, com o pai e irmão mais novo. Vendeu as terras, deixou o pai na cidade, onde o irmão é funcionário da Cargill e com o dinheiro – 120 mil reais – comprou 1324 hectares em Novo Progresso, de um posseiro que estava no local há 20 anos sem explorar. Derrubou cerca de 500 hectares com trator e motosserra e passou a criar 400 cabeças de gado. Registrou um protocolo das terras no Incra; com ele retirou seu CCIR, documento com o qual pode pagar o Imposto de Renda federal – e o ITR, para pagar ao Estado o Imposto Territorial Rural. As terras de Wesley estão a 35 km de Novo Progresso, na área agora interdita pelo governo federal. Wesley acha que está sendo prejudicado, a despeito de ter feito tudo de acordo com as instruções oficiais.



Gente de Novo Progresso: Joselita Lima (de blusa azul), protetora dos desvalidos, e sua amiga; Natanael e sua mãe Maria Valiante, assentados desassistidos

• Batalhadores como o maranhense Rogério Torres, de 43 anos, que era cobrador dos Armazéns Paraíba, firma nordestina famosa e que em 1980 foi para Itaituba, nas margens do Tapajós, que era o centro do garimpo de ouro. O objetivo de Rogério hoje é legalizar as terras que procurou ocupar a partir do garimpo. Sua posse no garimpo tem 20 anos, com casa, agricultura, grande pomar, ele diz. Lá, hoje, ele conta, está com 5 filhos – de 18 a 12 anos – e mais irmão e tio. Há quatro anos fez picada para ampliar sua área, demarcar um equivalente a 300 hectares para cada membro família. Rogério é falante, diz que Lula não deve acreditar nas intenções de Bush, que não está no Iraque para libertar ninguém. E que o governo deveria mandar uma caravana de gente honesta de todos os órgãos federais responsáveis, para ir a cada canto da floresta amazônica, ver quem são as pessoas como ele, que tem posses legítimas, para diferenciá-las dos grileiros e impor as regras de

desmatamento e preservação que permitam trabalhar.

• Como José Sebold, 54 anos, agricultor que virou pecuarista, que veio de Santa Catarina com passagem por Mato Grosso e que acha que não tem mais condições de fazer uma nova migração. Sebold, filho de alemães, diz, foi para Santa Carmem (MT) em 1973, com pai e dois irmãos. Os pais voltaram e ele migrou para Novo Progresso depois que viu que as terras do norte de Mato Grosso, naquela altura sem correção de acidez e sem as sementes especiais da Embrapa, desenvolvidas bem depois, não davam nem soja, nem café, nem arroz. Sebold diz que tem hoje cerca de 4000 hectares, sendo cerca de metade de pastagens onde estão 3 mil cabeças de gado, para ele, mulher e três filhos e genros – são duas filhas de 21 e 27 anos, que já estão casadas e o filho, de 24, que casa em breve. Boa parte das terras, diz, são direitos comprados de outras pessoas. Sebold conta que pagaria 2680 reais de imposto de renda no dia 29, pela receita da fazenda em 2004 – a venda de 175 bois; que cultiva os campos com a família; que tem 6 empregados quase constantemente; e fica com a voz embargada, ao falar sobre o futuro, querendo saber do repórter o que acontecerá.

• Gente como Maria Valiante, que tem nove filhos, e sete lotes no assentamento Santa Júlia – cinco adquiridos do

Incra e dois comprados de outros proprietários. Maria, 62 anos, veio do Paraguai com a família há três anos. Ela e o marido faziam óleos, bebidas, farinhas, amido, com hortelã, cana, mandioca; mexiam também com madeira, diz. Um dos filhos, Natanael, 41 anos, ajuda Maria contar a história. Diz que fica na cidade porque os lotes não têm estrada de acesso. Resolvido esse problema, ele pensa em fazer a exploração sustentada da madeira. Mas os custos são muito altos, ele diz: é preciso fazer um levantamento completo de todas as árvores; as empresas madeireiras que fazem negócio com os assentados pagam esses custos; mas acabam

deixando uma mixaria para os proprietários. Maria diz que a vida na região não é fácil e procura a neta para aparecer na fotografia com o filho. Mas Noara, uma menina bonita de 8 anos que corria para lá e para cá no Salão Paroquial, já foi para casa. Noara já teve sete malárias, Maria diz.

• E, finalmente, gente pobre como a aposentada rural Joselita Lima, 62 anos, seis filhos – de 40 a 33 anos – que com o marido eram meeiros de café em Rondônia e 19 anos atrás migrou para cá. Joselita, confirma a amiga que quer aparecer na foto com ela, é uma espécie de protetora dos inválidos e desprotegidos. Criou 17 filhos dos outros. Cuida do marido e de outro velho, que achou abandonado e que não tem registro civil. De seus filhos, a filha, com quatro filhos, mora com ela; outro também mora com ela; outro está num lote de cerca de 400 hectares que ela comprou há cinco anos de um posseiro; dois são volantes, fazem bicos, todo tipo de serviço; e o último foi embora, ela não sabe onde está.

6. Sobre a mata

O Protocolo de Kyoto poderia ter ajudado; não ajudou

O taxista Laurênio que acabou de chegar a Novo Progresso, está saindo de uma malária brava que o deixa ainda meio amarelado. No caminho para o aeroporto ele diz que na cidade corre que a PF tem uma lista de 160 pessoas para prender. Dezesesseis foram presas nos últimos dias, diz ele: só um era grávido, um empresário; os outros eram *laranjas*, ele diz. Depois da chegada da PF e do Exército, desapareceram muitos carrões que circulavam pela cidade. “Tudo cabrito”, ilegal, diz ele.

A ordem pode estar chegando à cidade. Se seguir a regra, não virá igual para todos. O plano oficial, de conceder grandes áreas para grandes empresas é o que causa maior preocupação. Seu fundamento e a exploração racional da mata. No avião da Cruiser, de Novo Progresso para Itaituba, vai Paulo Barreto, que acompanhou os dois dias de audiência pública na cidade e que é do Imazon, uma organização não-governamental de estudos sobre a Amazônia criada em 1990. Paulo, um engenheiro agrônomo paraense, foi o coordenador de uma pesquisa sobre a eficiência da exploração racional da madeira, quando comparada com a extração madeireira bruta, tradicional. Seu grupo convenceu um fazendeiro de Paragominas (PA), que fazia a extração tradicional, a ceder uma área de floresta para exploração planejada. Paulo explica, simplificada-mente, o que é o problema e o que fez:

Os diversos tipos de florestas amazônicas – mais densas ou mais abertas – têm entre cerca de 200 a 300 toneladas de biomassa, por hectare, entre troncos, galhos, vegetação, cipós. Seu potencial econômico é grande. O mais explorado é o das madeiras: um hectare de floresta pode produzir de 20 a 30 metros cúbicos de madeira por ano. Um ipê, mais pesado, bom para pisos, se vende a 600-800 dólares o metro cúbico; o mogno, mais leve, mais fácil de trabalhar, de tons marrom brilhoso, presente em móveis de praticamente todos os palácios e catedrais do mundo, vale mais do dobro.

Além disso, a floresta tem frutos e essências: a castanha, o pequi, o açaí, o cupuaçu, a pupunha, o óleo da andiroba, usado como cicatrizante na medicina e em xampus e sabonetes, por exemplo, pela Natura, a grande fabricante brasileira de cosméticos. A floresta amazônica tem também um patrimônio genético incrível: é uma gigantesca fonte de informações – de substâncias químicas e princípios ativos medicinais –, da qual pode-se exigir direitos de propriedade.

Na pesquisa para a extração

de madeira dirigida por Paulo em Paragominas, foram identificadas as árvores por tipos e por idade; foram marcadas as que estavam *maduras* para colheita; foi planejado o que devia ser retirado e de que forma – para minimizar o uso dos equipamentos e o dano –; e o que deveria ficar para ser colhido depois. Depois de três anos de pesquisa, a equipe de Paulo provou que o manejo racional era de 30 a 50% mais eficiente que o tradicional.

Por que não se faz então o manejo racional? Os problemas são muitos, explica Paulo. Primeiro, no caso da exploração madeireira: o investimento no plano de manejo não é pequeno, não está ao alcance de qualquer um; e mesmo o manejo racional tem menor rendimento econômico do que, por exemplo, a pecuária. Segundo, quanto ao cultivo das espécies de maior valor econômico: a experiência mostra que ele não é eficiente na região, só no que se chama de *zonas de escape*. A seringueira é um exemplo: no Brasil é plantada em São Paulo e na Bahia; na Amazônia, veja-se o fracasso das plantações em Fordlândia, perto de Santarém, muito tempo atrás, não prospera, porque é atacada por uma quantidade de doenças que não se consegue tratar. Terceiro, quanto ao patrimônio genético, a indústria precisa apenas de quantidades mínimas para identificar, por exemplo, princípios ativos que ela depois vai sintetizar e produzir artificialmente. O roubo, portanto, é fácil, a proteção dos direitos de propriedade do país, difícil.

O avião está chegando a Itaituba e Paulo fará baldeação para Belém. Qual é, então, a saída econômica para preservar a floresta? – é a última pergunta. Do que ele expõe, fica a impressão de que não existe uma saída só econômica. Existe um caminho político e policial: o governo tem de conter o desmatamento para valorizar a madeira, elevar seu preço para mudar as equações atuais, que tornam mais lucrativo derrubar a floresta para criar gado ou plantar soja. Existiu a possibilidade de outra saída, mas que não foi adotada, Paulo explica, rapidamente, no final da conversa. A floresta presta um serviço para o meio ambiente global, para o clima. Das 300 toneladas de biomassa da floresta, metade é carbono. Há um consenso de que a queima da floresta amazônica teria consequências dramáticas para os regimes de chuvas na região e em áreas próximas e agravaria o chamado efeito estufa – a quantidade de gás carbônico no ar que reduz a capacidade da terra de refletir o calor do sol que chega continuamente até ela, pode elevar a temperatura global, com efeitos dramáticos sobre o nível das águas dos oceanos, pelo derretimento das calotas polares. Mas, para pagar ao Brasil pelo papel que a Amazônia representa para o clima global, seria preciso que no famoso Protocolo de Kyoto, que criou para os países menos desenvolvidos certas formas de compensação por não terem ainda poluído tanto a atmosfera com seus carros e suas indústrias e pela destruição de suas florestas, existisse um prêmio em dinheiro para incentivar o fazendeiro a fazer a exploração sustentável da madeira, ao invés de criar boi ou grão. Mas, isso, os países ricos, que são espertos, não fizeram.

Paulo Barreto, em Itaituba: os países ricos poderiam dar uma subvenção para a exploração da floresta, por conta das florestas que queimaram no passado; mas são espertos, não deram



7. No “Trinta”

Os Gerlach tinham duas serrarias; fecharam uma



Juarez Munduruku, segundo da direita para a esquerda, e sua família, em Miritituba: a corrida ao ouro do Tapajós expulsou os índios de boa parte das terras que tinham originalmente na região

Itaituba viveu do ouro por muitas décadas. As marcas dessa época ainda estão vivas. O prefeito atual é um comerciante de ouro. Casas de compra de ouro se espalham pela cidade. O leito do Tapajós, o magnífico rio de águas verdes para o qual a cidade se volta, dizem, está entulhado de areia que foi despejada na sua correnteza pela mineração do ouro: a profundidade para a travessia até Miritituba, povoado a cerca de 3 quilômetros, na outra margem, fica em apenas seis metros na estação seca, que está começando. E o manifesto contra as medidas de fevereiro do governo Lula, para a região, é aberto pela Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós, assinado também pela Associação Nacional do Ouro e mais cinco empresas financeiras e do comércio de ouro na cidade, entre as quais a Ouro Minas, a maior delas, do prefeito.

A corrida ao ouro do Tapajós em meados do século passado expulsou os índios de boa parte das terras que tinham originalmente na região. É 20 de abril e Juarez Munduruku, 42 anos, está com sua família, toda pintada, em Miritituba, depois de comemorar na véspera, em Itaituba, o dia do Índio. A reserva munduruku é uma grande extensão de terras no Alto Tapajós. Mas Juarez e vários familiares brigaram com os parentes vinte anos atrás e agora buscam a posse de uma área mais próxima, a 50 km daqui. A maioria das reservas indígenas na área da BR-163, definidas depois dos anos 70, estão ao leste da estrada. Nos anos em que a estrada foi aberta, o Brasil foi surpreendido com as fotos da expedição que localizou pela primeira vez os *índios gigantes*, os kren-akarore, ou panará, na área vizinha ao que é hoje Novo Progresso. Eles foram forçados a se deslocar para o sul, para o Parque do Xingu, um dos mais antigos do país, e só recentemente conseguiram recuperar parte de suas terras ancestrais. Os caiabi, que eram numerosos na região, hoje estão confinados em duas áreas pequenas perto dos munduruku, no Alto do Tapajós. E

em torno de Itaituba há também apenas duas reservas diminutas, Praia do Índio e Praia do Mangue.

O percurso que se faz de balsa ou de lancha na travessia do Tapajós entre Itaituba e Miritituba já é um pedaço da Transamazônica; a estrada atravessa o rio por ali e depois vai em direção a Jacareacanga, pela margem esquerda do rio. De Miritituba ao “Trinta”, onde a BR-163 chega na Transamazônica, são trinta quilômetros, daí o nome do local. É um trecho de terra, que se percorre num microônibus, sem muita dificuldade.

No microônibus, Patrícia Polis, 17 anos, e Gilmar Brito, 23, acabaram se juntar. Ela é paranaense e deixou a mãe, que tem um restaurante num vilarejo na estrada, porque o padrasto queria controlar sua vida. Gilmar é baiano e acompanha o pai que tentou o comércio em Itaituba e agora tem dois lotes com três pastos e cerca de 200 cabeças de gado nas margens da BR-163. No entroncamento das duas grandes rodovias amazônicas, um soldado, um cabo e um sargento do 15º Batalhão de Polícia Militar do Pará estão de plantão, verificando, principalmente, a documentação de carros e motos, para ver se não foram roubados. À frente deles estão um galpão e duas casas, que foram usadas como restaurante e dormitório por soldados e funcionários do governo federal – do Exército, PF, Ibama, Incra – por cinco meses, até dezembro do ano passado numa grande operação pelo desarmamento e contra o desmatamento e a grilagem.

A BR-163 e a Transamazônica se encontram num trevo que mostra marcas de que um dia foi asfaltado. Um cinco casas comerciais – restaurantes, um posto, um armazém – uma delegacia de polícia, um posto de gasolina sendo reconstruído, formam o núcleo do lugar. A maior parte dos assentados nos lotes de 100 hectares que os governos militares distribuíram às margens das estradas nessa área vendeu suas terras, diz um morador com 27 anos no local. Ele diz que os assentados usaram os lotes para deixar as famílias e se embrenharam em busca de ouro, até o começo dos anos 1990, quando o garimpagem foi esvaziada com a queda abrupta do preço do ouro. Por lei, o assentado podia vender suas benfeitorias, mas o Incra recolhia as terras e fazia novos assentamentos. Fora das normas, muita gente tem registro em cartório de compra de até 30 lotes. Antigamente, o Incra permitia desmatar 50% do lote. Agora, só 20%. Mas, quem comprou mais, desmatou tudo, diz o informante. A regra é que a até 10 quilômetros da rodovia fiquem os

Gilmar e Patrícia: no caminho do “Trinta”, a menina cujo padrasto queria controlar sua vida e o rapaz cujo pai saiu do comércio para criar gado na beira da estrada



pequenos, com lotes de 100 hectares. Mas a pecuária está crescendo, com a concentração da propriedade. Para este informante, que prefere não ser citado porque o local tem fama de violento, Lula “anda negociando direto lá fora” e “disso não vai sair nada de bom”. Fernando Henrique era

Soldado, cabo e sargento do 15º Batalhão da PM do Pará diante do posto no qual o governo montou, por meio ano, até o final de 2004, outra grande operação contra o desmatamento



bom, de certa forma, porque não ligava para nada: deixava as coisas correrem, ninguém pagava imposto, ninguém respeitava a lei. “Mas, é claro”, ele reconhece a contradição implícita na sua avaliação, “se ninguém paga imposto, não tem futuro nenhum, ninguém pode exigir nada”.

Depois de uma cami-

nhada de uns dez minutos do centro do *Trinta* para o norte se chega à madeireira Gerlach. É perto do meio-dia e Gessileide Gerlach, dona da madeireira com seu marido Leomar, dois filhos, expõe seu ponto de vista na varanda ladrilhada de uma casa que parece confortável. Ela é maranhense, ele é gaúcho, de famílias que vieram para a região com a Transamazônica. Ela conta: No *Trinta* estão há 22 anos. Têm duas serrarias. Tinham 16 empregados. Produziam 12 metros cúbicos de madeira por dia, principalmente ipê e o jatobá para exportação, para assoalhos, e a meracatiara, a cupiuba e a sedarana para tábuas de construção e móveis rústicos. Por 50 mil reais contratou um projeto de manejo florestal que teve a aprovação do Ibama para uma área que adquiriu e dividiu em 25 lotes. Mas explorou apenas o primeiro lote. Para o segundo, não tem mais autorização, em função das medidas do governo. Está demitindo 12 pessoas na semana. E mostra uma das serrarias, já parada.

Gessileide diz que o governo “dá cada vez mais chances aos maiores e cada vez sufoca mais os pequenos”. E, nessa história da exploração da madeira, “está misturando os bons com os ruins”.

8. Grilos e alta tecnologia

O Incra vai entrar na mata, com laptops conectados ao satélite

O trecho da BR-163 praticamente intransitável fica do *Trinta* para o sul, a partir do município de Trairão, que é como uma pequena área encravada entre os gigantes municípios de Altamira e Itaituba. Do *Trinta*, para chegar a Santarém, pode-se ir pela Transamazônica até Rurópolis. E de Rurópolis até Santarém, por uma estrada também, razoável, cuja metade final está asfaltada. Pode-se também descer de Itaituba para Santarém pelo Tapajós. A gaiola que leva doze horas até Santarém sai às seis da tarde. No mesmo horário sai uma lancha, cerca de duas vezes mais rápida.

A viagem noturna no Pérola impressiona. A noite é escura. Das janelas se tem a impressão de que a velocidade é altíssima: a água empurrada pela proa do barco parece passar celeremente. O barulho do motor é ensurdecedor. Numa pequena cabine às escuras, na frente, o timoneiro, com um terminal de computação com linhas verdes e vermelhas, explica que a direção é por um sistema de direcionamento via satélite e que não há perigo de se atropelar nada, nem o famoso boto-sinhá.

Já é sábado, 23 de abril, perto de 1 hora da madrugada, quando a lancha Pérola passa pelo grande sinal luminoso que identifica Santarém para quem vem de noite de Itaituba: o enorme braço do terminal da Cargill, num pedaço arrendado do porto da cidade, onde atracam graneleiros de grande calado, que entram pelo fundo canal do Amazonas, que sai do Atlântico e passa entre o Amapá e a Ilha de Marajó. Pelo porto da Cargill, há dois anos, já sai a soja que vem de Rondônia e do oeste de Mato Grosso, embarcada em

frotas de barcas que, também guiadas por satélite, descem o rio Madeira, pegam um trecho do Amazonas e entram os poucos quilômetros que ficam entre a foz do Tapajós e o terminal.

Ainda no sábado, às 9 horas da manhã, no auditório do Instituto Salesiano, uma escola da cidade, uma orquestra de colegiais toca o Hino Nacional. Estão presentes cerca de 150 pessoas e a reunião começa. Trata-se de um en-

O velho e o novo: feira de produtos locais em plataforma sobre o Tapajós, diante de Santarém; e, ao fundo, o grande terminal de exportação da Cargill, para navios de até 60.000 toneladas





Ouvindo os madeireiros: a prefeita *Mária do Carmo* e o presidente do PT, *José Genoíno*, com empresários do setor em Santarém, neste início de ano

anos atrás, que defende a criação do Estado do Tapajós, uma união de 25 municípios que ficaria com um pouco mais da metade da atual área do Pará. É, mais curiosamente ainda, praticamente a mesma região paraense inserida no Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR-163.

Dos prefeitos convidados, só 12 estão representados; destes, apenas três são prefeitos – além da anfitriã, Maria do Carmo, o de Placas e a de Medicilândia, todos do PT. Maria do Carmo discursa e atribui a ausência dos convidados a pressões superiores – quer se referir ao governador do Estado, Simão Jatene, do PSDB, com quem ela se defrontou em 2002 e que quase venceu (perdeu por menos de 50 mil votos, em 3,5 milhões). Ela é uma liderança no Tapajós, indiscutivelmente. Teve 87% dos votos da região na disputa estadual. Em entrevista, repete o que está no folheto distribuído na reunião: que o sentimento separatista é grande e que a reivindicação de um novo Estado vem de antes da República, de 1870. A prefeita de Medicilândia, Leni Trevisan, também em entrevista crítica a política do governo do Estado e diz que na sua cidade o PSDB é ligado a grileiros de terras, que têm serrarias que operam com madeira adquirida ilegalmente e defendem suas terras com capangas armados.

Santarém é a terceira grande metrópole da Amazônia, depois de Belém e Manaus. A cidade nasceu de uma aldeia indígena nas margens do Tapajós, onde se fixaram padres da Companhia de Jesus no século 17. Santarém viveu o auge do primeiro grande ciclo extrativista: em 1926, Henry Ford comprou em Belterra, perto da cidade, uma área de 2,5 milhão de hectares, para cultivar seringueiras e produzir 40 mil toneladas anuais de borracha. O projeto fracassou, como já se disse. Depois, a cidade viveu o ciclo da extração de ouro, encerrado no início dos anos 1990.

Com Maria do Carmo e o PT, surgiram novas esperanças. Mas a cidade foi abalada recentemente pela prisão de dois dirigentes da campanha da prefeita, um político do PT e um do PDT, acusados de participação em esquema de grilagem de terras. Na região, a grilagem é comum. Antigamente, a falsificação de documentos de posse se fazia com grilos, insetos de verdade que ajudavam a dar aparência envelhecida aos papéis. Hoje, há métodos mais modernos, que alteram documentos eletronicamente. Mas também se apela para o suborno e a violência.

contro de prefeitos do sudoeste paraense, convocada pela prefeita Maria do Carmo para tratar do Desenvolvimento Sustentável da Região. Curiosamente, todos os presentes recebem uma pasta, com material de dois

Há um ano uma delegacia do Incra em Belém foi assaltada e mais de 20.000 ATPFs, autorizações para Transporte de Produtos Florestais foram roubados.

Os dois políticos presos pela Polícia Federal no dia 7 de dezembro do ano passado fariam parte de um esquema maior, no qual estaria o presidente da CUT do Pará e chefe do Incra para a região, também do PT, mais um empresário ligado aos sojicultores.

A investigação que levou às prisões pode ter sido a causa para a Portaria 10 do Incra e Ibama que desencadeou os protestos dos madeireiros. Dirigentes do Ibama passaram a dizer que não se sentiam com confiança para endossar os documentos existentes.

A relação da prefeita Maria do Carmo com os madeireiros, no entanto, não parece ser de hostilidade. Ela e o presidente do PT estiveram com os líderes locais do movimento quando José Genoíno visitou a cidade recentemente.

Dois dias depois da reunião do Salesiano, o governo federal mandou para Santarém os novos chefes do Incra que substituíram os que foram presos. Eles tinham estado ausentes dos debates em Novo Progresso e também não estiveram presentes na reunião da prefeita. E foram falar na Associação Comercial. O público presente foi formado principalmente de madeireiros. Aparentemente, o governo conseguiu mobilizar recursos para iniciar imediatamente um trabalho de campo na área de Santarém com vistas à constatação da situação de fato das posses de terras. E anunciou que funcionários do órgão, munidos de computadores de mão que se comunicam com satélites de sistema de georreferenciamento, dariam início imediato aos trabalhos. No entanto, eles não resolveram a questão central que causa preocupação em toda a multidão de ocupantes de terras públicas na Amazônia: de que forma dar alguma preferência aos nacionais que ocupam a área há muito tempo? Ao final da reunião, Pedro Aquino de Santana, 39 anos, o novo chefe do Incra em Santarém repetiu o que funcionários graduados do Ministério do Meio Ambiente também dizem: o governo não pode criar uma estatal para explorar a madeira da Amazônia, também não pode dar privilégio às empresas nacionais para fazê-lo, porque a Constituição foi mudada por Fernando Henrique exatamente para tornar essa proteção impossível.

Com isso, se chega ao que parece ser a questão central do novo plano para a Amazônia: ele não é novo, segue linhas básicas do governo neoliberal traçadas anteriormente. ■

Aquino (ao centro), o novo Incra na cidade: a lei não permite a proteção aos nacionais; Fernando Henrique a mudou exatamente com esse objetivo

